



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO - UNIVS  
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA BRASIL

**QUESTÃO SOCIAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O ACENTUADO  
CRESCIMENTO DAS DESIGULDADES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE**

ICÓ-CE  
2021

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA BRASIL

**QUESTÃO SOCIAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O ACENTUADO  
CRESCIMENTO DAS DESIGULDADES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE**

Monografia submetida à disciplina de TCC II do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Esp. Luciana Maria Lôbo Barbosa

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA BRASIL

**QUESTÃO SOCIAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O ACENTUADO  
CRESCIMENTO DAS DESIGULDADES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de TCC II, do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS, como requisito para obtenção de título de Bacharela em Serviço Social, sob a orientação da Professora Esp. Luciana Maria Lôbo Barbosa.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Luciana Maria Lôbo Barbosa.  
Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS  
***Orientadora***

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Aline Janylli de Souza Pinheiro  
Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS  
***1ª Examinadora***

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Raquel Alencar Lourenço  
Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS  
***2ª Examinadora***

Acredito como Gonzaguinha, que “toda pessoa sempre é a marca das lições diárias de outras tantas pessoas”. Assim, dedico este trabalho a algumas “tantas pessoas” que me compõem: a minha mãe, Antônia; aos meus irmãos, Adriana, Andreza, Rayane e Cícero; aos meus sobrinhos, Davi, Levi e Heloisa; ao meu esposo, Raphael, e aos trabalhadores brasileiros.

## **AGRADECIMENTOS.**

Agradeço primeiramente a Deus, afinal é Dele que vem a vitória (Provérbios 21-31).

A minha mãe, Antônia Ferreira Brasil, meu exemplo de força e resiliência, a quem sempre fez (faz) tudo por mim.

Aos meus irmãos, que são também meus amigos, por toda compreensão e incentivo durante toda essa caminhada.

Aos meus sobrinhos por serem minha motivação. Em especial a Davi, meu amado, que é para mim, um filho.

Ao meu esposo, por ser um verdadeiro companheiro, por me incentivar, apoiar e por sempre acreditar em mim. A você, meu amor eterno.

Aos meus quatro patas, por serem meus pontinhos de luz e minha calma em dias turbulentos.

A minha orientadora, professora Maria Luciana Lôbo Barbosa, por ser exemplo de pessoa, admiração e zelo. Obrigada por ter me acompanhado até aqui.

A todas as professoras do curso de Serviço Social do Centro Universitário Vale do Salgado, grandes mulheres, que levarei comigo seus ensinamentos que foram essenciais para minha formação acadêmica. A vocês, toda minha admiração.

A coordenação do curso, na pessoa de Sonilde Saraiva, pelo trabalho dedicado e pelo compromisso com todos.

Obrigada! Hoje sou um ser resultante de processos sociais, resultado do trilhar inverso do caminho em que vocês fazem parte.

“Somos muitos Severinos iguais tudo na vida: na mesma cabeça grande que a custo é que se equilibra, no mesmo ventre crescido, sobre as mesmas pernas finas e iguais também porque o sangue que usamos tem pouca tinta. E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, na mesma morte Severina: que é morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia de fraqueza e de doença é que a morte Severina ataca em qualquer idade e até gente não nascida.”

Trecho do livro *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto (1955)

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Evolução do PIB e da taxa de desemprego no Brasil 2012.1 – 2018.1 (trimestral).....	35
<b>Figura 2</b> População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 2º trimestre 2021.....	36
<b>Figura 3</b> Fluxos (em %) da condição de estar trabalhando para todas as condições no mercado de trabalho entre o primeiro e o segundo trimestres, por posição na ocupação. Brasil, 2020.....	41

## LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURAS

<b>CE</b>	Ceará
<b>CLT</b>	Consolidação de Leis Trabalhistas
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoa Física
<b>COVID</b>	Corona Virus Disease
<b>Esp.</b>	Especialista
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa
<b>MEI</b>	Microempreendedor Individual
<b>OIT</b>	Organização Internacioanal do Trabalho
<b>ONU</b>	Organizações das Nações Unidas
<b>p.</b>	Página
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
<b>Prof<sup>a</sup>.</b>	Professora
<b>SciELO</b>	Scientific Eletronic Acadêmico
<b>UniVS</b>	Universidade Vale do Salgado

## RESUMO

Brasil, M. F. F. **Questão social, precarização do trabalho e o acentuado crescimento das desigualdades sociais na contemporaneidade.** 2021. Trabalho de conclusão de curso – tcc (graduação em serviço social) – centro universitário vale do salgado, icó-ce, 2021.

A presente pesquisa realiza uma análise acerca da precarização do trabalho e da “questão social” no Brasil contemporâneo, visando proporcionar conhecimento no campo acadêmico, de modo a fortalecer a categoria profissional de Serviço Social, acrescentando subsídios para a atividade prática do Assistente Social e induzindo ao conhecimento amplo da totalidade. Assim sendo, objetivou-se discorrer acerca da evolução histórica e conceitual do trabalho e da “questão social” no Brasil; compreender a precarização do trabalho à luz da “questão social” no Brasil contemporâneo e investigar as especificidades das dimensões da precarização da “questão social” no trabalho. A metodologia consistiu em uma pesquisa cunho bibliográfico; quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza de tipo básica, com abordagem qualitativa e o método utilizado corresponde ao dialético. Nos resultados notou-se que o trabalho, ao longo dos anos, passa por diversas transformações, perdendo seu espaço originário como categoria primeira do ser social. Percebeu-se ainda que o labor, nas condições de uma sociedade sob a égide do capital, torna-se de forma intensamente ampliada trabalho estranho, ganhando, portanto, outras características – comuns ao que denominamos de “questão social” como sendo um conjunto de expressões oriundas do modo de produção capitalista, na dicotomia entre trabalho e capital. Com esse estudo, oportunizou-se identificar que a relação entre precarização e “questão social” se dá por meio da polisssemia do trabalho na sociedade capitalista, que agudiza as desigualdades sociais por meio das especificidades da precarização do trabalho, como o desemprego e a informalidade – intensificadas pela crise pandêmica do coronavírus.

**Palavras-chave:** Trabalho; Precarização; Questão Social.

## ABSTRACT

BRASIL, M. F. F. **Social Issue, precarization of work and the sharp growth of social inequalities in contemporary**. 2021. Course Conclusion Paper – TCC (Graduate in Social Work) – Centro Universitário Vale do Salgado, Icó-CE, 2021.

This research analyzes the precariousness of work and the "social issue" in Brazil contemporary, aiming to provide knowledge in the academic field, in order to strengthen the professional category of Social Work, adding subsidies to the practical activity of the Social Worker and inducing broad knowledge of the totality. Therefore, the objective was to discuss the historical and conceptual evolution of work and the "social issue" in Brazil; understand the precariousness of work in the light of the "social issue" in contemporary Brazil and investigate the specificities of the dimensions of the precariousness of the "social issue" at work. The methodology consisted of a bibliographic research; as for the objectives, it is an exploratory research, of a basic type, with a qualitative approach and the method used corresponds to the dialectical one. In the results, it was noted that work, over the years, has undergone several transformations, losing its original space as the first category of social being. It was also noticed that labor, under the conditions of a society under the aegis of capital, becomes intensely expanded strange work, gaining, therefore, other characteristics - common to what we call the "social issue" as a set of expressions from the capitalist mode of production, in the dichotomy between labor and capital. With this study, it was possible to identify that the relationship between precariousness and the "social issue" occurs through the polysemy of work in capitalist society, which exacerbates social inequalities through the specificities of precariousness of work, such as unemployment and informality - intensified by the pandemic coronavirus crisis.

**Keywords:** Work; Precariousness; Social Issue

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
2 OBJETIVOS .....	14
2.1. OBJETIVO GERAL .....	14
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
3 REVISÃO DE LITERATURA .....	15
3.1 O TRABALHO E SUA RESSIGNIFICAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA .....	15
3.2 “QUESTÃO SOCIAL”: BREVE DEBATE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS.....	20
3.3 A PRECARIZAÇÃO NO REGIME DE TRABALHO BRASILEIRO E SUAS CONEXÕES COM A “QUESTÃO SOCIAL” .....	26
4. METODOLOGIA.....	31
4.1. TIPO DE ESTUDO.....	31
4.2. LOCAL DE ESTUDO .....	31
4.3. FONTES DA PESQUISA .....	32
4.4. INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS .....	32
4.5. ANÁLISE DE DADOS.....	32
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	33
5.1 A CRISE CONTEMPORÂNEA E O DESEMPREGO.....	33
5.2 INFORMALIDADE DO TRABALHO E A SUBPROLETARIZAÇÃO .....	38
5.3 A CLASSE TRABALHADORA NA ÓRBITA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA .....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	47
REFERÊNCIAS.....	50

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Marx e Engels (1989), o primeiro pressuposto da história da humanidade é aquele pelo qual os homens, com a finalidade de prover sua subsistência, relacionam-se com a natureza, momento em que o homem transforma a natureza e se transforma, desenvolvendo, assim, suas potencialidades. O segundo pressuposto é o de que o ato desta autosubsistência e autotransformação incide sobre os outros homens, alterando suas primícias e tornando o trabalho elemento que os distingue dos demais seres.

Portanto, é por meio do trabalho que o homem satisfaz suas necessidades, realizando a reprodução da sua vida material. Por se tratar de um ser teleológico, não existe trabalho humano sem consciência – assim entendida como a busca por uma determinada finalidade. Dessa forma, “o trabalho é um ato que pressupõe a consciência dos meios e dos fins aos quais se pretende chegar.” (NAVARRO; PADILHA, p. 15, 2007)

Entretanto, o trabalho sob a lógica do capital tem outra configuração: torna-se degradado, alienado, estranho, perdendo sua dimensão original, deixando de satisfazer as carências próprias do ser humano para atender as necessidades do capital. Tornando, desse modo, o produto do trabalho humano algo alheio, estranho para si mesmo. Parafraseando Marx (1989b, p. 150): o objeto produzido pelo operário é incomum a ele.

Conseqüentemente, “o trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. [...] O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria (...).” (Marx, 1989a, p. 148). Diante disso, a contradição inerente à lógica do capital provoca modificações na vida dos(as) trabalhadores(as), gerando diversas expressões da Questão Social.

Neste ensaio, compreende-se que o surgimento da questão social está ligado à generalização do trabalho livre, dentro de um contexto de escravidão e precarização do trabalho. Entende-se por questão social o conjunto de expressões das desigualdades sociais – conjunto este que está ligado ao trabalho que se torna social, ao passo que os frutos que gera mantêm-se monopolizados em apenas uma fração da sociedade. (IAMAMOTO, 2010)

Diante dos fatos, tem-se que a problemática norteadora da pesquisa incide em identificar “qual a relação entre a precarização do trabalho e a questão social no contexto brasileiro?”. Hipoteticamente, com base neste questionamento, presume-se que a relação entre esses dois fatores se dá por meio da origem da expressão “questão social”, a qual, como já exposto acima, significa a contradição entre capital e trabalho, inerente à sociedade capitalista – regime no qual o Brasil se apóia. Considera-se que as particularidades do capitalismo brasileiro e da conformação típica de seu modo de produção definem os parâmetros da precarização do trabalho e sua exploração pelo capital, tomando enquanto forma da expressão da questão social.

Esta pesquisa justifica-se pela curiosidade em identificar/analisar de forma crítica como se relacionam a precarização do trabalho e a questão social no Brasil. Essa inquietação resulta das leituras e debates realizados na disciplina de “Trabalho e Sociabilidade” do Curso de Serviço Social e é fomentada, ainda, pela conjuntura atual, em que o trabalho se mostra ainda mais importante e protagonista nos embates da disputa de classe entre trabalhadores e capitalistas.

A relevância desta pesquisa consiste em proporcionar conhecimento no campo acadêmico, de modo a fortalecer a categoria profissional, acrescentando subsídios para a atividade prática do Assistente Social e induzindo ao conhecimento amplo da totalidade. Tal percepção é imprescindível tanto para estudantes em formação quanto para profissionais, de modo que se faz necessário atentar-se pela observância dos princípios contidos no Código de Ética vigente do profissional em Serviço Social - que busca zelar pelo reconhecimento da liberdade, da defesa dos direitos humanos, em favor da justiça social e vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a relação entre precarização do trabalho e “questão social” no Brasil contemporâneo.

### 2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discorrer acerca da evolução histórica e conceitual do trabalho e da “questão social” no Brasil;
- Compreender a precarização do trabalho à luz da “questão social” no Brasil contemporâneo;
- Investigar as especificidades das dimensões da precarização da “questão social” no trabalho pré e pós pandemia de COVID-19;

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 O TRABALHO E SUA RESSIGNIFICAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

Segundo os princípios marxianos, o trabalho é para o homem a condição natural de sua existência, pois, de acordo com Marx (1989a), o trabalho - enquanto uma atividade prático-social - engendra duplo movimento: o homem transforma a natureza e, ao fazê-lo, transforma a si mesmo e a outros homens. Esse movimento constituiu, portanto, a sociabilidade humana e suas principais determinações sociais fundamentais: pensamento e linguagem.<sup>1</sup>

Também sob esse aspecto o trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social<sup>2</sup>. (LUKÁCS, 1978, p. 82)

Destaque-se que, apesar disso, o trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso, os quais consistem na riqueza material. Logo, o trabalho configura-se como sendo a exteriorização de uma força natural, de força de trabalho humana. (MARX, 2012)

Em um movimento histórico dialético, a satisfação das primeiras necessidades com o trabalho gera novas carências. Assim, entende-se que é apenas pela via do trabalho que o homem satisfaz suas necessidades, (re)criando, para isso, os meios que lhe permitam a satisfação de sua subsistência. São os meios de trabalho – em condições concretas – que mediam a relação entre força/capacidade de trabalho e o objeto final<sup>3</sup>. (GUERRA, 2014)

A realização do objeto final decorre da capacidade que o ser humano tem de projetar previamente aquilo que depois vai produzir (presente no plano subjetivo) –

<sup>1</sup> “[...] a linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática -, que existe também primeiro para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com outros homens”, ou ainda, “consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que o cercam marca, para o homem, o começo da consciência de que, afinal, ele vive em sociedade” Marx; Engels ( *apud* Guerra, 2014, p. 148)

<sup>2</sup> O ser social corresponde ao movimento do trabalho em grupo dos primatas para a emergência dos primeiros grupos humanos, diferentes do ser natural. (NETTO, BRAZ, 2007)

<sup>3</sup> De acordo com Marx (1985, p. 139), força ou capacidade de trabalho configura-se no “conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valor de uso (...)”. Sobre valor de uso será abordado *posteriori*.  
que ele põe em movimento toda vez que produz valor de uso (...)”. Sobre valor de uso será abordado *posteriori*.

por se tratar o homem de um ser teleológico -, passando pelo plano objetivo, que corresponde à transformação material da natureza, e por fim dar origem a um novo meio do trabalho, uma nova objetividade, resultando em um movimento contínuo. (ESCURRA, 2016)

Cabe aqui lembrar a conhecida passagem de Marx (*apud* ESCURRA, 2016, p. 16):

O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade

O trabalho não apenas permite a sobrevivência da espécie humana como também a transforma de modo constante, metamórfico e dialético ao longo do tempo. Nesse sentido, compreende-se que a atividade humana é prática, porque se realiza por meio de objetivações; e social, porque por meio dela o homem apropria-se do conjunto das objetivações humanas. (GUERRA, 2014)

Sendo assim, conclui-se que é a partir do trabalho que se torna possível a produção de qualquer bem, em qualquer relação histórica social. Por exemplo, a relação entre trabalho e regime social no qual viviam os grupos humanos chamados de “comunidade primitiva” dava-se por atividades voltadas à coleta, caça, pesca, e seus resultados eram partilhados de modo praticamente equitativo. (NETTO; BRAZ, 2012)

Apenas com a domesticação de animais e o surgimento da agricultura – processo por meio do qual os grupos humanos deixaram de ser nômades e passaram a fazer parte de um território, dedicando-se a outras atividades como o pastoreio e o cultivo de terras – além do desenvolvimento das habilidades humanas e o aperfeiçoamento dos instrumentos, houve uma verdadeira revolução nas comunidades primitivas. Com isso aparece a possibilidade de acumular os frutos do trabalho – sendo nesse recorte que nasce a mercadoria e as formas de comércio. (BARAN; SWEEYZ, 1974)

Conforme analisam Netto e Braz (2012), com a possibilidade de acumulação a sociedade primitiva é absorvida por um novo regime social: o modo de produção escravista. Este regime permite que o homem produza mais do que o suficiente para sua subsistência (o excedente). O grupo social se organiza de forma violenta e

antagônica – os camponeses e artesãos livres. Entretanto, com o fim do Império Romano ocorreu também o declínio do escravismo. E, com isso, surge o modo de produção feudal – feudalismo. As relações de trabalho nesse regime caracterizavam-se por uma polarização entre os senhores e os servos que implicavam compromisso mútuo – os servos prestavam serviços e em troca os senhores feudais lhes ofertavam proteção.

Com o declínio da sociedade feudal, que se gesta no século XIV, inicia-se o movimento que conduzirá à sociedade moderna – burguesia e a produção capitalista. Nesse regime, a dimensão trabalho como categoria específica e fundante na gênese e no desenvolvimento do ser social - que se refere a uma atividade que cria valor de uso e que trava relações entre homem e natureza – trata-se aqui do trabalho concreto – perde espaço para o trabalho abstrato, que corresponde a uma atividade estranha, alienada, fetichizada e que cria valor de troca. (NAVARRO; PADILHA, 2007).

Por estas análises faz-se importante conceituar capitalismo, sendo este uma

organização da sociedade na qual a terra, as fábricas, os instrumentos de produção e etc. pertencem a um pequeno número de proprietários fundiários e capitalistas, quanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e, por isto, deve vender a sua força de trabalho (LÊNIN *apud* NIKITIN, s.d., p. 53)

O capitalismo traz consigo diversas contradições, das quais muitas estão relacionadas às ressignificações do trabalho. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que o trabalho é a categoria primeira e fundador de sociabilidade, sob a forma do capital obtém outras características que não correspondem a sua fase original. O trabalho perde a sua forma original, deixando de servir ao homem na satisfação de suas necessidades e passa a servir ao capital<sup>4</sup>. O trabalhador nessa dinâmica decai à condição de mercadoria.

Marx (1989b), explica que o trabalhador, dentro do sistema com forças do capital, torna-se mais pobre ao passo que produz em constância e quantidade, tornando-se [o trabalhador], assim, mercadoria. Ou seja, com a supervalorização do mundo das coisas (objetos), há também o aumento a desvalorização do mundo dos homens, o que *a posteriori* o autor chamará de coisificação.

---

<sup>4</sup> Ressalta-se que o capital é um produto social e posto em movimento pela ação comum de membros da sociedade. Portanto, o capital não é uma força pessoal; é uma força social. Aqueles que ocupam essa força social passam a possuir uma posição pessoal e, antes de tudo, uma posição social na produção. (MARX, ENGELS, 2008)

Com o advento da maquinofatura - que surge como produto de desenvolvimento da manufatura e das grandes indústrias -, esta se mostra como regulamentação do conjunto de métodos e procedimentos do sistema de realização de mercadorias, o que implicou radicalmente em uma nova relação entre homem e natureza. (ALVES, 2013)

Na perspectiva do marxismo, na sociedade capitalista o procedimento de fabricação do sistema de produção de mercadoria adquire determinadas formas sociais, caracterizadas por Marx como se constituindo em “manufatura e a grande indústria”. Segundo o autor mencionado: “o revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho.” (MARX, 2004, p. 547)

Portanto, a maquinofatura dá-se no revolucionamento do homem e da técnica, revolvendo a força de trabalho. A grande indústria, por sua vez, ao instaurar o sistema de máquinas, impactando também os meios de trabalho. Como se constata em Alves (2013, p. 237-238):

Em síntese: toda forma de produção do capital (manufatura, grande indústria ou maquinofatura) implica, como pressuposto da base técnica, uma determinada *forma organizacional do trabalho* ou gestão e um determinado *modo de vida* adequado para a reprodução social (isso ocorre tanto na manufatura quanto na grande indústria e maquinofatura). A maquinofatura, que se constituiu a partir de uma nova base técnica (a tecnologia informacional), põe como pressuposto efetivo, a “captura” da subjetividade da pessoa humana por meio do espírito do toyotismo, implicando, de modo intensivo e extensivo, o processo de reprodução social do trabalho vivo. Desse modo, com o surgimento da maquinofatura alteram-se os termos do estranhamento social dado pela relação tempo de vida/tempo de trabalho e pela constituição de um novo modo de vida: o modo de vida *just in time*.<sup>5</sup>

Outro momento predominante dos novos processos de produção sob a ótica do capital é o fordismo – conceito de produção e consumo em massa – que se inicia quando Henry Ford modifica o processo artesanal automobilístico com a implantação do sistema taylorista na linha de montagem, ou seja, racionamento do trabalho que permitiu uma produção em massa de produtos homogêneos. (SANTOS, 2005)

O fordismo configura-se em um conjunto de métodos de racionalização da produção. O conceito baseia-se em um rol de princípios segundo os quais uma empresa deve dedicar-se exclusivamente a um produto, na finalidade de diminuir

---

<sup>5</sup> Em resumo, a lógica de produção *em just in time* refere-se à produção no momento e na quantidade que são necessárias. (OHNO, 1997)

custos. A produção, por sua vez, deveria ser em massa e aparelhada com tecnologias capazes de desenvolver ao máximo a produtividade por operário. Nesse sistema, o trabalho deveria ser altamente especializado com cada operário realizando uma determinada tarefa na construção do objeto final. (SANDRONI, 2000).

O binômio taylorismo e fordismo é entendido como um padrão produtivo que teve seu desenvolvimento em meados do século XX. Sua atuação era caracterizada pela existência do trabalho parcelado e fragmentação das funções, pela divisão entre elaboração e execução na organização setorial do trabalho e pela concentração de unidades fabris e verticalizadas e, também, pela consolidação do operariado. (ANTUNES, 2015)

Sendo o taylorismo um conjunto de teorias utilizadas para intensificar a produtividade do trabalho fabril, elaboradas pelo norte americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915). Além disso, “abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção”. (SANDRONI, 2000, p. 306)

O fordismo entra em crise nos anos 1970 e o cronômetro e a produção em série são mesclados ou até mesmo substituídos pela “especialização flexível”, fazendo surgir uma nova forma produtiva que articula o desenvolvimento, a tecnologia e a desconcentração produtiva (passando a inserir no rol de produção as médias e pequenas empresas). Nesse período de transição ainda são requisitadas novas formas de gestão da força de trabalho – terceirização, flexibilização, subcontratação, sindicalismo de empresa, *just in time* e tantos outros elementos. (ANTUNES, 2015)

No entanto, não se pode considerar a extinção completa do modelo de produção taylorista/fordista. Ao contrário, sua articulação e flexibilização com o toyotismo<sup>6</sup> desencadeou evidentes mudanças na forma de organização produtiva e no modo de produção, objetivando desenvolver no mercado de trabalho novas formas de qualificação.

Na análise feita por Alves (2007, p. 246-247), o toyotismo, apesar de ser “o momento predominante” do período, visto ser o mais recente processo produtivo,

---

<sup>6</sup> Alguns literários denominam a entrada do toyotismo de “neofordismo”, ao considerar que o toyotismo é um estágio superior à racionalização do trabalho, porém que não rompe, a rigor, com os modelos anteriores (fordismo/taylorismo). (ALVES, 2007, p. 246)

mescla-se em uma flexibilidade, com as demais formas de trabalho, em maior ou menor proporção. O toyotismo combina – de maneira integradora – o “novo e o arcaico” no que se refere à junção entre as formas tayloristas-fordistas.

Ainda no que tange ao autor supramencionado, dentro do campo da organização/gestão e da força de trabalho, o novo modelo de racionalização ao qual aqui se refere, realiza um salto significativo na “captura” da subjetividade do capital do trabalho pelo próprio capital – distinguindo-se, nesse quesito, do sistema anterior, por desempenhar uma via original de racionalização do trabalho. O toyotismo desenvolve, sob novas condições sócio-históricas (e tecnológicas), as determinações já presentes nas formas tayloristas e fordistas, mais precisamente no que tange à racionalidade tecnológica. Cumpre constatar, ainda, que o toyotismo é a forma de organização trabalhista e do modelo de realização capitalista adequado à era das novas máquinas de automação flexível, que *a posteriori* constituem uma nova base técnica para o sistema capitalista.

Por este fim, constata-se que o trabalho ao longo dos anos passa por diversas transformações, perdendo seu espaço originário como categoria primeira do ser social. O trabalho nas condições de uma sociedade sob a égide do capital torna-se de forma intensamente ampliada trabalho alienado/estranho, ganhando, portanto, outras características. Nesta análise, Marx (2006, p. 116) escreve: “o trabalho aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da *espécie*; transforma a vida *genérica* em meio da vida individual”

### 3.2 “QUESTÃO SOCIAL”: BREVE DEBATE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

No campo de pesquisa acerca da “questão social” encontra-se um espaço teórico de debates científicos amplos e heterogêneos. Segundo Netto (2011), as literaturas disponíveis sugerem que a expressão “questão social” data do século XIX, para designar fenômenos associados ao pauperismo (sob a forma absoluta), este decorrente da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII. A expressão em questão foi utilizada *a priori* por vários críticos da sociedade e filantropos situados nos mais diferentes campos de atuação política e ideológica.

Neste caso, para muitos observadores da época, tornou-se evidente que a pauperização tratava-se de um fenômeno novo, sem precedentes. Portanto, reafirma-se a inerente relação da “questão social” com a pobreza, sob a forma do pauperismo. Compreende-se que este tipo de empobrecimento é inseparável do modo de produção capitalista, uma vez que esta expressão não está ligada à escassez, muito menos ao baixo desenvolvimento das forças produtivas. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a falta de recursos básicos para os seres humanos, agora ela se mostra resultado de um processo de produção e circulação dos bens socialmente produzidos como o fomento da acumulação, tendo-se assim a pobreza do trabalhador enquanto ele produz. (SANTOS; CARVALHO, 2019)

Nesse sentido:

“(...) a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua expressão.” (NETTO, 2011, p. 154)

Ressalta-se, portanto, que a partir da segunda metade do século XIX – mais precisamente após os eventos ocorridos no período de 1830/48, momento em que a classe burguesa perde seu caráter crítico-revolucionário para as lutas de classe-, a expressão “questão social” desliza para o vocabulário de cunho conservador, deixando, neste momento, de ser usada por críticos sociais de diversos lugares do aspecto ídeo-político. (SANTOS, 2008)

Assim sendo, no primeiro momento a “questão social” é posta de forma emergencial para a defesa e a manutenção da sociedade moderna (leia-se burguesia), perdendo sua estrutura histórica e tornando-se naturalizada entre diversos pensadores, tanto do pensamento laico quanto tradicional. (NETTO, 2011)

Desta forma, começa-se a compreender a “questão social” com sendo: “miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos”. Assim, passou a ser percebida como “questões” isoladas e inatas. (MONTAÑO, 2012, p. 272)

Desse modo, no debate acerca da expressão em questão explicita-se que – no modo de análise conservadora – a “questão social” aparece “des-historicizada” e “des-economizada”, apresentando aspectos próprios da “apologia indireta”, denominado por Lukács (1979), a qual se configura como sendo a particularidade do

modo teórico do capitalismo; fundamentada, ainda, no fato de assumir suas fragilidades inerentes a esse modo de produção como sendo algo natural à espécie humana, negando assim sua origem e história.

Na análise feita por Montaño (2002), para a sociedade moderna que pensava a “questão social” nesses moldes, estabeleciam-se as causas das expressões da “questão social” – pobreza, miséria - vinculadas a alguns fatores, a saber: a pobreza, no pensamento burguês, estaria relacionada à ausência de conhecimento das leis “naturais” do mercado e sua forma de agir dentro dele; a miséria ainda era vista (nesta perspectiva) como sendo “problema de planejamento” no quesito de orçamento familiar; e, por último, dos três fatores evidenciados na análise do autor supramencionado, as fragilidades eram percebidas como problemas de cunho moral-comportamental – desplanejamento dos recursos gastos, tendência ao ócio, vadiagem e outros.

Em decorrência do que já abordado até aqui é que o tratamento da conceituada “questão social” passa a ser segmentado, filantrópico e comportamental. As ações instituídas para seu enfrentamento eram a educação e a filantropia, conforme observa Netto *apud* Montaño (2012).

Nesse viés, surgem então as organizações de caridade e filantropia. A título de exemplo, na Inglaterra foi promulgada a Lei dos Pobres de 1601 (*Poor Law*), que “instituída um aparato oficial, centrado nas paróquias, destinado a amparar trabalhadores pobres, sob o auspício da taxa dos pobres”, como expõem Duayer; Medeiros (2003, p. 241).

Entretanto, o parlamento inglês, *a posteriori*, passou a entender a Lei dos Pobres como instrumento de incentivo à miséria. Por este motivo, começou a entender que as ações filantrópicas estariam “reforçando e estimulando os costumes e hábitos dos pobres”, causando ociosidade, conformismo e acomodação nas pessoas que recebiam a assistência. (MARTINELLI, 1991, p. 55)

Desse modo, muda a maneira pela qual são tratadas as expressões da “questão social”. A partir de então, a pobreza será respondida com repressão e castigo, como sendo “uma questão delitativa e criminal dos pobres”. É nesse contexto que as pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade tornam-se uma ameaça à ordem e são tratadas como “marginais”. Disso advém também a divisão e distinção entre os vulneráveis – “objeto de ações assistenciais, por mendicância e vadiagem” - e trabalhador – “objeto de serviços de Saúde e Previdência Social”. Ou,

como preferia a Igreja católica, por meio da encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, “classes inferiores”. (NETTO *apud* MONTAÑO, 2012)

Contudo, torna-se importante ressaltar que a “questão social” só encontra inquietações na sociedade moderna a partir da organização dos trabalhadores e das lutas operárias, que passam a reivindicar, exaustivamente, soluções para as condições de vida às quais estavam submetidos. Logo, percebe-se que é a partir da participação ativa dos trabalhadores por meio de suas lutas sociais que se evidencia o aspecto político da “questão social”. (SANTOS; CARVALHO, 2019)

Corroborando essa ideia:

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. (IAMAMOTO, 2001, p. 17)

Por isso, atualmente os pesquisadores – mesmo que de forma não homogênea<sup>7</sup>- consideram a “questão social” como sendo um conjunto de expressões oriundas do modo de produção capitalista, situadas em uma arena de disputa entre projetos societários, por interesses, características, propostas e concepções distintas para a condução para as políticas socioeconômicas. (IAMAMOTO, 2001)

Algo notável dentro do campo das discussões é que – em virtude destes fatores sucintamente supracitados – no seio do estatuto da “questão social” o pensamento revolucionário crítico frequentemente utiliza a expressão destacada por aspas, indicando certo cuidado em seu uso, que se justifica pela sua origem atrelada ao conservadorismo; igualmente, busca-se alertar para o fato de que a “questão social” deve ser entendida como um conceito reflexivo e intelectual, mas não como categoria, como evidenciam Netto (2001) e outros. Nesse sentido, compreende-se que o que é observado como expressão concreta da “questão social” são suas expressões.<sup>8</sup>

Isso porque se acredita que a discussão e o uso da expressão devem ser feitos sob uma análise crítica-dialética, superando a gênese e as concepções fundamentadas do debate da “questão social”, tomada pelo ângulo da caridade e da

---

<sup>7</sup>Exemplo dessa não homogeneidade é Castel, que define “questão social” como “uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”. (CASTEL, p. 238, 2000).

<sup>8</sup> Por estas razões, segue-se as orientações de Netto (2001); Iamamoto (2001) e outros; no uso seqüencial das aspas ao se referir ao termo “questão social”.

coesão social no pensamento burguês. Para finalmente compreender suas particularidades e expressões desde sua gênese até o “moderno”.

Desse modo, como já proposto, a questão social é o conjunto de desigualdades inerente à sociedade regida pelo capital, tendo esta uma raiz comum:

“a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2020, p. 34)

Assim, por esta contradição - que é essencial ao sistema capitalista - conclui-se que não existe “nova questão social”, o que existe são diversas expressões da “questão social”, a qual se metamorfoseia em diversos tempos e épocas. Está relacionada ainda ao processo de desenvolvimento do país e suas particularidades históricas, permitindo à “questão social” apresentar traços do passado com marcas do presente.

O agravamento das expressões da “questão social” está estreitamente relacionado ao movimento de circulação do capital, mais precisamente em decorrência de crise econômica. Neste caso, as crises econômicas nas sociedades capitalistas ocorrem, na perspectiva de Marx, como sendo crises de “superprodução de valores de uso” – momento em que as mercadorias produzidas não encontram consumidores. Nas palavras de Marx, 1984, p. 151:

A transformação de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento pelo qual passa um quantum de valor que deve funcionar como capital. Ela tem no lugar do mercado, na esfera da circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, esta encerrada tão logo os meios de produção estejam transformados em mercadorias cujo valor supera o valor de seus componentes, portanto, que contenha o capital originalmente adiantado mais uma mais-valia. Essas mercadorias a seguir têm de ser lançadas de novo à esfera da circulação. Trata-se de vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, transformar novamente esse dinheiro em capital, e assim sempre de novo. Esse ciclo, que percorre sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital.

Neste ensaio, entende-se que é no momento de interrupção do processo de circulação do capital que a crise se estabelece, agudizando as expressões da “questão social”. De acordo com Redon e Campos (2021), as crises capitalistas são cíclicas, inevitáveis e inerentes ao próprio sistema. O autor compreende que, frente às crises, o capital reage de diversas maneiras: num momento histórico tem-se forte influência e intervenção do Estado, em outro momento apresenta-se com a demasiada subtração de direitos.

Ainda no que tange às crises sistêmicas, a mais recente e ocorrente – até o momento aqui debatido – é aquela que tem marco inicial em março de 2019, momento em que cientistas chineses publicaram o “*Bat Corononaviruses in China*”, estudo que alertava para um possível processo pandêmico de coronavírus oriundo de morcegos. *A posteriori* essa previsão passa a ser realidade em diversos países. Este fenômeno escancarou uma enorme crise econômica, sanitária e social, incidindo, principalmente, sobre a classe trabalhadora e nas camadas mais vulneráveis dos países. (FAN *et al*, 2019)

Na perspectiva de Pinto *et al* (2020), o coronavírus apenas denunciou um quadro de crise do capitalismo. Afirma o autor que é o próprio sistema que cria panoramas para situações pandêmicas devido à sua relação detonadora com a natureza. Essa ideia repousa na afirmação de que dados econômicos já apontavam que a economia mundial estava perdendo forças.

Devido a tais circunstâncias, as expressões da “questão social” tornam-se mais latentes, deixando notória a divisão de classe e reafirmando que a classe trabalhadora e a classe dominante não estão no mesmo barco. Gragnani (2020), menciona que, no Brasil, são os pobres, os negros e as pessoas que não puderam se afastar dos seus campos de trabalho as maiores vítimas desta crise.

A título de exemplo, cita-se os trabalhadores que se utilizam de aplicativos para suas atividades laborativas. Salienta-se que durante a pandemia esse tipo de trabalho expandiu-se – em virtude do isolamento social imposto pelas autoridades governamentais e o conseqüente fechamento do comércio, o que gerou maior demanda por tais serviços. Somente no mês de junho de 2020 a empresa proprietária do aplicativo Ifood contabiliza 39 milhões de pedidos realizados. (IFOOD, 2020)

Este fato levantou diversos impactos no que tange às condições de trabalho e precarização da relação de empregabilidade. Assim como se pode observar em Oliveira, Santos e Rocha (2020, p. 64):

(...) os trabalhadores desse negócio digital, com a alta demanda, tiveram o valor do seu trabalho reduzido e têm suportado, de forma ainda mais potencializada, os riscos inerentes à atividade econômica, especialmente o fardo sanitário de continuar nas ruas, fazendo as entregas para aqueles que estão isolados ou em distanciamento social.

Ferreira (2021), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), detalha o perfil desses trabalhadores, com a finalidade de

problematizar uma questão social que não é conjuntural e sim estrutural. Assim, no que diz respeito à raça/cor e gênero, indica o autor que a maioria desses trabalhadores são homens e negros.

As condições de trabalho são precarizadas, uma vez que esses trabalhadores cumprem sua jornada de trabalho em todos os dias da semana, de forma ininterrupta (SOUZA; MACHADO, 2020). Para fundamentar esta ideia, pode-se observar o relato de um entregador:

Samuel Marques sai às 9h do Capão Redondo para chegar ao trabalho, na Vila Olímpia, por volta das 10h. Vai de bicicleta, com uma caixa térmica de 45 litros nas costas e a meta de só voltar para casa depois de colocar no bolso R\$ 50 com entregas para os aplicativos em que está cadastrado: Rappi, Ifood e Uber Eats. “A gente não descansa”, diz o rapaz, que trabalha pelo menos 12 horas por dia e sete dias por semana. Ganha cerca de R\$ 1 mil por mês com a jornada, já descontados os gastos com alimentação e outros imprevisto do caminho, como um pneu furado. “Não lembro da minha última folga desde que comecei a trabalhar com isso, um ano atrás. Todas as vezes que sento para assistir à televisão em casa, penso que poderia estar pedalando e fazendo algum dinheiro”, afirmou. (BIKEBOYS, apud FERREIRA, 2021, p. 356)

A partir disso, pode-se salientar que as diversas expressões da “questão social” presentes na atualidade não são algo, em sua totalidade, novo, mas uma morfologia que se liga às ressignificações do trabalho e da classe trabalhadora. Com ação direta da lógica capitalista contemporânea e suas formas atuais de valorização do capital.

### 3.3 A PRECARIZAÇÃO NO REGIME DE TRABALHO BRASILEIRO E SUAS CONEXÕES COM A “QUESTÃO SOCIAL”

Considerando as observações que se vem de expor, entende-se a “questão social” como sendo a exploração do trabalho pelo capital, da qual defluem inúmeras expressões. Tendo em vista ainda que o trabalho é categoria fundante do ser social - e, sobretudo, essencial para compreensão do fenômeno humano-social - é que se faz necessário perquirir acerca da suas implicações, bem como da relação entre ser social, trabalho e “questão social” no contexto brasileiro. Para tanto, é imprescindível discutir também, mesmo que de maneira breve, “regime de trabalho” e “mercado de trabalho”.

Na sociedade de classes, a riqueza produzida não é socializada com os produtores, os trabalhadores. Portanto, entende-se que o desenvolvimento capitalista produz a “questão social” e, nos diferentes estágios capitalistas,

produzem diversas manifestações das expressões da “questão social”. (NETTO, 2001)

Por um lado, a expressão aqui mencionada representa a dicotomia entre capital e trabalho - assim como a desigualdade na participação da distribuição da riqueza produzida socialmente pelos trabalhadores – e, em consequência disso, a luta de classes. Por outro lado, sintetiza ainda a inserção dos operários na luta social de classes em busca de seus direitos políticos, econômicos, sociais, culturais. (SOUZA, 2012)

Ainda sobre o que discorre Souza (2012), no recorte brasileiro a “questão social” como “questão política” inicia-se na década de 1930. Esse evento ocorre quando emerge o processo de reorganização do bloco histórico no poder e, também, no momento de instauração do projeto denominado “liberal-industrializante”.

Por este motivo, alguns autores acreditam que o desenvolvimento do mercado de trabalho no Brasil também se deu nos períodos de 1930 e 1970, possuindo características peculiares, quais sejam: uma estrutura trabalhista incompleta, baixos salários, uma gama de trabalhadores autônomos (não assalariados). Pochmann (2006) considera que estes traços são determinados pelo período migratório campo-cidade. Este quesito corresponde também ao modelo de precarização do trabalho e pela formação da mão-de-obra.

Ressalta-se que até o período supracitado o Brasil tinha uma população majoritariamente rural. Ainda de acordo com Pochmann (2006), já nos primeiros momentos de organização da formação de trabalho, encontrava-se uma considerável quantidade de mão de obra. Abolido o regime de trabalho escravo, a população negra que fora escravizada não se transmudou necessariamente em trabalhadores assalariados.<sup>9</sup>

Dedecca e Baltar (1992) focalizam a essencialidade dos anos 1930 para a contribuição da formação do mercado brasileiro. Os autores apontam que é neste recorte que se inicia a fomentação para a base do trabalho assalariado – importante, inclusive, para a estruturação dos sindicatos. Enfatizam ainda que é com a industrialização que vai se gestando um trabalho e a concentração urbano-industrial – como já foi dito.

---

<sup>9</sup> O papel dos negros escravizados foi, antes de tudo, “o de população excedente para as necessidades médias do capital agrário”. (SOUZA, 2012, p. 104). Ressalta-se que foi neste período também, que “a fase de branqueamento da população brasileira, [...] e a marginalização do negro” (POCHMANN, 2006, p.25)

Desse modo, já no cenário dos anos 1940 a 1950 “a rapidez dos processos de industrialização e urbanização, em uma sociedade onde prevalecia um sistema arcaico de relações sociais, ainda era muito marcado por um passado colonial-escravista” (PRONI; BALTAR, 1996, p.115).

Nesse contexto é que se situa a “questão social”, pois de acordo com Yamamoto e Carvalho (2014, p. 133)

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. (“...”)

Salienta-se que a razão da ênfase nestes períodos se deve ao fato de estarem relacionados à “industrialização pesada”, junto ao fomento da produção de bens de consumo e à intervenção do Estado na relação de capitais nacionais e internacionais. A junção de todos estes fatores implicou em um grande crescimento da classe operária na organização do “mercado de trabalho”. (TAVARES, 1998)

No processo de “industrialização restringida”<sup>10</sup> é consolidado o sistema de relações de trabalho em meados da década de 1940 – o que permitiu atrair parcelas de trabalhadores da zona rural para zona urbana. Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisados por Dedecca e Baltar (1992), mostram que na década de 1940 a quantidade de operários que compunha a classe era distribuída da seguinte maneira: empregados nas indústrias têxteis eram de aproximadamente 27%; os de produtos alimentares 21%; na metalúrgica 7,5%; produtos minerais não metálicos eram de 7% e de vestuários e calçados eram de 6%. Com isso, verificam-se demasiadas mudanças no cenário brasileiro no que tange ao mercado de trabalho.

Concomitantemente, consolida-se a legislação trabalhista/corporativista. O número de trabalhadores amparados por tais normas era ínfimo em meio a uma demasiada quantidade de proletários do campo e dos centros urbanos desamparados de quaisquer direitos sociais. Ainda que os sindicatos tenham surgido, a falta de alicerces sociais mais amplos e sólidos atalhou uma posição

---

<sup>10</sup> Período em que o processo de industrialização se intensifica e a economia experimenta crescimento, por estar ligada à expansão industrial. Denomina-se de “industrialização restringida” por ligar-se à vantagem de importação de bens de produção e uma menor importação nos bens de consumo. (CURADO; CRUZ, 2008)

política independente, eficaz e “generalizada na sociedade”. (MATOSSO, 1995, p. 122)

Na década de 1960 tem-se uma vasta expansão na economia – mais precisamente entre 1961 e 1967 – até em meados de 1973-74. Este último recorte marca a desaceleração do crescimento (DEDECCA, 2002). É ainda em 1964 – por todas as características citadas anteriormente – que autores visualizam a emergência das particularidades da “questão social” no Brasil, atravessando as décadas os anos 1980/1990 até a atualidade.

Observa Santos (2008, p. 102):

(...) a partir desse período, com a “reforma trabalhista” da ditadura, ficar marcada por um acentuado grau de **flexibilidade estrutural** e da **precariedade das ocupações** que resultou numa **alta rotatividade** dos trabalhadores em diferentes postos de trabalho. (...) [grifes do autor]

A exploração à qual os trabalhadores eram submetidos, gerando consequências até mesmo em sua capacidade vital, desenvolve uma luta defensiva dos operários contra as indústrias. Isso aparecerá para classe dominante (burguesa) como forma de ameaça aos seus intrínsecos valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Por este fim, a classe dominante vê “a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho” por meio da regulamentação formal do Estado. Como bem observa (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 134-135):

As leis sociais, que representam a parte mais importante dessa regulamentação, se colocam na ordem a partir do momento em que as terríveis condições de existência do proletariado ficam definitivamente retratadas para a sociedade brasileira por meio dos grandes movimentos sociais desencadeados para as conquistas de uma cidadania social. Em torno da “questão social” são obrigadas a posicionar-se as diversas classes e frações de classes dominantes, subordinadas ou aliadas, o Estado e a Igreja. (...). O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses.

Entretanto, o intervencionismo estatal nas relações de trabalho não significou a exclusão da precarização do regime de trabalho e nem a repressão aos trabalhadores em seu processo histórico.<sup>11</sup> A transição do trabalho escravo para o trabalho livre teve impactos fortes no movimento operário, pois ao invés de haver um

---

<sup>11</sup> Ante o exposto é que Santos (2008) afirma que o marco pós 1930, que considerou a “questão social” como “caso de política” e não mais como “caso de polícia”, não pode ser levado veementemente ao “pé da letra”.

acirramento das classes, é percebido um processo “fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo” posto pela sociedade burguesa. (FERNANDES, 2006, p. 193)

Cumprido destacar que os problemas da “contemporaneidade” - tais como: informalização e precariedade [do trabalho], desigualdade/vulnerabilidade social, inseguranças no sistema de proteção social, baixo nível de educação/escolaridade da força de trabalho, dentre outros - fazem parte de uma demanda histórico-estrutural, marcados pela dualidade e heterogeneidade do “regime de trabalho” brasileiro. Colaborando assim para um retardatário processo de consciência e ação política, que contrapusesse as estruturas paternalistas e opressoras do Estado. (BEHRING, 1998) Estas particularidades que, indiscutivelmente, fazem parte da singularidade “questão social” brasileira, diferenciando-a, assim, dos demais países (AZEREDO, 1998)

## 4. METODOLOGIA

### 4.1. TIPO DE ESTUDO

O presente estudo de pesquisa consiste em revisão bibliográfica, pois seus achados são de materiais já existentes em livros, artigos, teses, monografias, revistas e afins. De acordo com Fonseca (2002), esse modelo de pesquisa e estudo refere-se a um levantamento de informações já analisados e publicados. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica pode ser um trabalho independente e/ou pode configurar-se no passo inicial de outra pesquisa.

Quanto aos objetivos trata-se de uma pesquisa exploratória. Esse tipo de estudo, a princípio, resulta numa formulação de hipótese e problemas que têm como objetivo desenvolver, expor, analisar e diversificar ideias. Dessa forma, proporcionando uma visão aproximada sobre o objeto pesquisado. No que tange ao modo descritivo, a finalidade é explorar e descrever as características do fenômeno pesquisado e estabelecer relação com as variáveis da pesquisa. (GIL, 2006)

Quanto à natureza, foi do tipo básica, pois conforme os autores Prodanov e Freitas (2013), esta forma de pesquisa visa gerar novos conhecimentos, sendo úteis para o avanço da ciência mesmo sem a aplicação prevista.

Quanto à abordagem desenhou-se como qualitativa. Este tipo de abordagem consiste no levantamento histórico e envolve representações das relações sociais. Não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com os aspectos da realidade social. Destaca-se que o processo qualitativo reconhece a complexidade do objeto em estudo, por este fim, utiliza-se uma análise crítica analítica aprofundada em relação ao fenômeno pesquisado, estabelecendo categorias e conceitos e utilizando-se de técnicas de análises contextualizadas e historicizadas. (MINAYO, 2014)

O método utilizado corresponde ao dialético. Como analisa Gil (2016), o método dialético parte da orientação e de uma interpretação da realidade sob a totalidade, em que as questões encontradas no percurso da pesquisa não podem ser analisadas de maneira isolada ou fatalista. Neste tipo de estudo deve-se considerar as influências do meio social e privilegiando as mudanças qualitativas.

### 4.2. LOCAL DE ESTUDO

O estudo da pesquisa se procedeu por meio de materiais já existentes em livros, teses, monografias, revistas, artigos, textos e afins. O arcabouço teórico utilizado foi obtido por meio de plataformas digitais, como Google acadêmico, Scientific Eletronic Acadêmico (SciELO), pela biblioteca virtual do Centro Universitário Vale do Salgado e pela biblioteca pessoal.

#### 4.3. FONTES DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa bibliográfica foram os autores correspondentes aos materiais teóricos utilizados. Ressalva-se que todos os autores pesquisados têm traços em comum. Neste caso, a discussão da relação trabalho, precarização do trabalho, “questão social” ou de forma individual cada tema.

#### 4.4. INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

Para a realização da coleta de dados do estudo inicialmente apresentados, foram utilizados o maior número possível de fontes, como livros, artigos, textos, monografias, revistas, teses e afins.

#### 4.5. ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados coletados na pesquisa e estudo foram organizados e analisados de maneira subdividida em etapas, utilizando-se da técnica de análise temática de conteúdo, que consiste nas seguintes etapas: pré-análise – referindo-se a leitura flutuante dos conteúdos achados; exploração e tratamento dos dados obtidos – feito por meio de categorias; e análise e interpretação das questões – neste quesito, foi realizada uma avaliação crítica e analítica da totalidade da realidade social no que tange ao objeto estudado. (MINAYO, 2014)

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 A CRISE CONTEMPORÂNEA E O DESEMPREGO

Na contemporaneidade, tornou-se quase lugar-comum falar acerca do desemprego. Ademais, a sociedade contemporânea, nos últimos anos, tem vivenciado fortes transformações, fato este agravado pela crise pandêmica do coronavírus. A crise e a agudização das expressões da “questão social”, a conjuntura neoliberal, a precarização do trabalho, a degradação crescente na relação homem/natureza - conduzida pela lógica societária - impulsionam o problema estrutural do desemprego – objeto de estudo deste tópico.

*A priori*, é necessário entender quem compõe a classe dos desempregados e como isso é analisado sob uma perspectiva sistêmica. Para tanto, destaca-se uma análise de Marx, na qual se afirma que a classe trabalhadora excedente é um produto final importante para a acumulação de riqueza no modo de produção capitalista. Essa “superpopulação” constitui o “exercito industrial de reserva”, pertencente ao capital. Este grupo, na perspectiva marxista, encontra-se sempre disponível para ser explorado. (MARX *apud* FORTES, 2018)

Desse modo, entende-se que o desemprego (estrutural) é inerente e fato necessário para a sociedade regida pela égide do capital. Ainda na análise de Marx, no capitalismo, sob sua forma contraditória, o desemprego é causado pela subtração produtiva em decorrência da taxa de lucro, momento em que a oferta de produtos excede a demanda. Portanto, assim como as crises são inerentes ao sistema capitalista, o desemprego também é algo inevitável.

Sendo o desemprego inevitável e inerente à lógica do capital, seria este ainda uma expressão da “questão social”? Segundo Santos (2012, p. 234), “o desemprego pareceu-me a expressão mais transversal à totalidade das expressões agrupadas sob o conceito de ‘questão social’”. Neste caso, pode se afirmar que o desemprego é resultado básico da reprodução da “questão social”, sendo possível afirmar, portanto, que o desemprego não chega a ser escolha, mas sim resultado.

Por este fato, para o sistema capitalista administrar as crises – especificamente a atual “crise econômica e sanitária” - ele utiliza-se de mecanismos a nível global, de restauração do modo de produção e, também, de regulação social. Por esta razão, as conseqüências são nefastas, tais como: a subtração de salários,

o retrocesso do poder organizativo da classe trabalhadora e sua polarização, a regressão dos direitos sociais, a degradação do meio ambiente pela relação homem e natureza, a subcontratação, a terceirização, o aumento no número de trabalhos informais e o próprio desemprego. (MÉSZÁROS, 2011)

Santos (2012) compreende o desemprego como algo resultante da inexistência da ação de compra e venda da força de trabalho. Os autores Júnior e Nascimento (2013), conceituam desemprego como algo contraditório e particular ao capital, interpretando ainda como característica do capitalismo periférico e dependente – ao citar, de exemplo, o Brasil.

Segundo Coutinho; Alves e Santos (2020), a concorrência no mercado de trabalho por empregos evidencia-se ao passo em que aumenta o índice de trabalhadores qualificados que estão desempregados. No Brasil, o desemprego sob sua forma crescente se expressa tanto pela quantidade de pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho quanto por aqueles que deixam de forma compulsória seus postos de trabalho.

Durante a década de 1980 – em resposta à “crise do desenvolvimento” e em decorrência das mutações ocorridas no mundo do trabalho resultado da crise dos anos 1970 – há fortes variações nos índices de ocupação. A década vivencia a erosão do trabalho contratado e regulamentado. O século XX e o início do século XXI presenciam uma demasiada degradação do trabalho, observando a essência das fases da flexibilização toyotizada. (ANTUNES, 2015)

O desemprego nesse período tinha como condicionante, dentre outros, além da flexibilidade estrutural do trabalho também a retração dos investimentos nos setores de produção, o que destacava o embate entre as formas de trabalho formais e informais. Para exemplificar, nesta década – mais precisamente em 1986 – o Brasil ocupava a 13º lugar no *ranking* do desemprego mundial (SANTOS, 2012).

Já nos anos 1990, a elevada disponibilidade de mão de obra refletia a crise capitalista - registrada também na década de 1980. Neste contexto, o desemprego estrutural intensificou durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Assim menciona Matosso (1995, p. 128-129), “o desemprego gerado pelo governo de FHC só não foi ainda maior porque aumentou sobremaneira o emprego por conta própria e sem carteira, sobretudo nos primeiros anos de governo”.

Em 1994, em escala mundial, o Brasil ocupava a quarta posição no *ranking* mundial do desemprego. As pesquisas dessa década apresentam “taxas elevadas

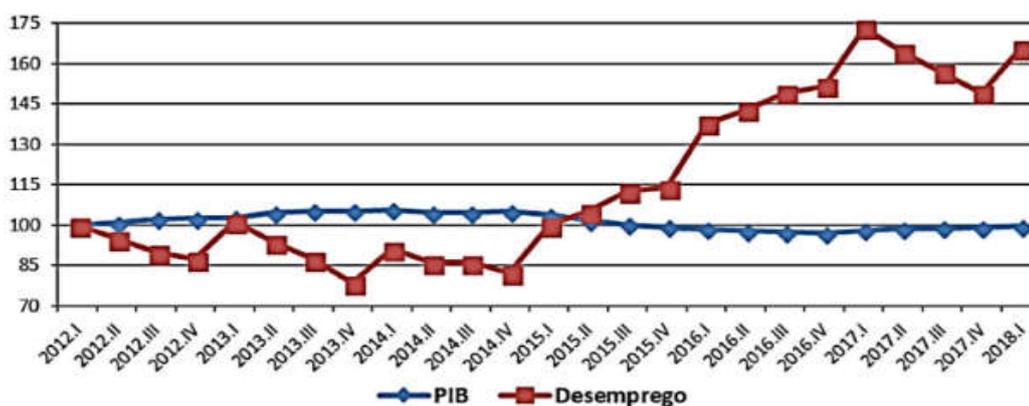
no período de 1990-1992, uma leve desaceleração entre 1993 e 1997 e novamente uma alta a partir de 1998, que se estende até 2003, com 2004 marcando novamente um pequeno decréscimo.” (SANTOS, 2012, p. 201-202)

Pochmann (2001), ao analisar o índice de desocupação a partir dos anos 2000, notou que houve fortes transformações na população desempregada do Brasil: antes um fenômeno que atingia as grandes massas populacionais de jovens, mulheres, analfabetos, pessoas sem qualificação profissional, agora atinge todos os segmentos sociais, inclusive pessoas com altas qualificações.

Entre os anos de 2004 e 2013 reduziram-se os números de desempregados, de pessoas com situações de trabalho irregulares e afins. Estes anos caracterizaram-se por grande crescimento econômico e inclusão social, resultado das instalações de políticas sociais. (BALTAR; SOUEN; CAMPOS, 2017)

No entanto, o pós-2014 e o início de 2015 os números de empregos formais diminuíram demasiadamente, aumentando a informalidade. Assim, o número de desocupados no Brasil cresceu, no último semestre de 2014, de 6,5% para 10,9% no trimestre de 2016. Em 2017, a taxa de desemprego era de 12% - o que equivale a mais de 12,5 milhões de pessoas desocupadas (BATISTA; BONILLA; MENDONÇA; NEVES, 2020). A figura 1 a seguir mostra a evolução da taxa de desemprego entre os anos 2012 e 2018:

**Figura 1:** Evolução do PIB e da taxa de desemprego no Brasil 2012.1 – 2018.1 (trimestral)



Fonte: Pochmann (2018, p. 11)

Na atual crise sanitária, momento que exacerba as desigualdades sociais, a população que se encontra na base da pirâmide social é a mais afetada, no que tange à perda de empregos (OXFAM, 2020). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 2019 estimava-se cerca de 267 milhões de

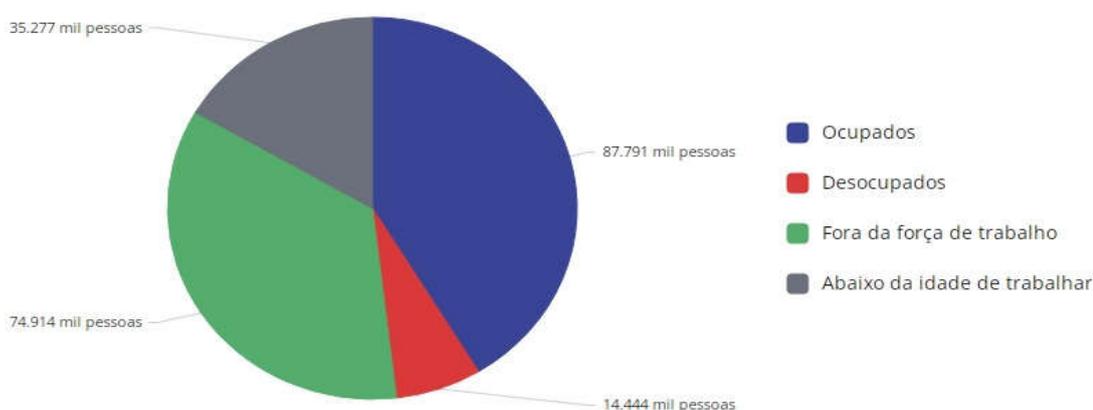
jovens que não estavam em atividades laborais. No ano de 2020, a OIT afirma que foram perdidas apenas no primeiro semestre do referido ano cerca de 4,8% das horas de trabalho (este número equivale a 135 milhões de empregos em tempo integral); já no segundo trimestre de 2020, o número de postos de trabalho perdidos foram de 305 milhões, em decorrência da pandemia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística – IBGE, o desemprego se refere às pessoas acima de 14 anos que estão fora do mercado de trabalho, mas que estão disponíveis e procuram por trabalho. No entanto, para considerar desempregado, não é suficiente a afirmativa de não ter um emprego. O IBGE considera que um universitário, uma dona de casa, uma empreendedora, não se configuram como pessoas desempregadas. A dona de casa e o universitário não entram no conceito de “pessoas disponíveis para o trabalho” ou “força de trabalho livre”; já a empreendedora, na perspectiva do IBGE, é considerada ocupada.

Assim, quando o IBGE lança dados acerca do número de desempregados, na verdade ele fala do número de “desocupados”. Dessa forma, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua – metodologia utilizada pelo IBGE -, no segundo trimestre de 2021, o Brasil tinha cerca de 14,4 milhões de desempregados/desocupados; com taxa de desemprego de 14,1%; o cálculo de pessoas desalentadas, que desistiram de procurar trabalho, nesse mesmo período é de 5,6 milhões; e a taxa de subutilização é de 28,6% das pessoas ainda neste período.

Segue a figura, de acordo com a PNAD Contínua, acerca da população brasileira, conforme as divisões do mercado laborativo do segundo trimestre de 2021:

**Figura 2:** População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 2º trimestre 2021



Fonte: IBGE, (2021)

Com a sustentação desses fatos, destaca-se que, apesar disso, a pandemia da COVID-19 não produziu uma nova crise econômica; ao contrário, desvelou e intensificou uma crise estrutural já existente. De acordo com os escritos de Granemann e Miranda (2020, p. 25) “desde a segunda década do século XXI a economia mundial não logrou uma recuperação minimamente sustentada, ao passo que o volume do capital fictício continuou crescendo”.

Assim, pode-se afirmar que a crise do coronavírus intensificou ainda mais as relações de exploração e precarização da força de trabalho. Sobre isso, Antunes (2020, p. 180) menciona:

A crise do coronavírus, a crise econômica e a interconexão profunda que há entre elas vêm impactando profundamente a classe trabalhadora. Desde logo, presenciamos um processo de ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos dessa classe, cujo cotidiano é pautado por uma intensa exploração do trabalho e precarização ou, o que é ainda mais brutal, pelo flagelo do desemprego, subemprego e da informalidade, fenômenos explosivos e que têm uma dimensão global.

A pandemia atingiu o âmago das desigualdades sociais, nota disso é o aumento da precarização do trabalho e do desemprego – como já bem exposto por meio da figura 2. A intensificação dessas desigualdades desvelou um país cuja realidade da população é de precárias condições de subsistência, fato revelado pela ausência de moradia, de saneamento básico, pelo precário abastecimento de água e outros fatores. (SILVA; CASTRO; SOUZA, 2021)

Além desses fatores supramencionados, o desemprego faz emergir novas configurações de precarização do trabalho, aumentando a incidência de novas formas de labor precarizado, tais como: trabalho parcial, subcontratado, temporário, terceirizado e outros. Esses tipos de trabalho caracterizam-se como atividades laborais desprotegidas, inseguras e que tendem a fragmentar a classe trabalhadora, ao ponto em que se torna (quase) inviável sua articulação. (SANTOS, 2006)

Salienta-se que apesar da demasiada redução de empregos, a redução do trabalho e de trabalho vivo, o crescente número de trabalhadores (aparentemente) supérfluo ao capital e as formas de trabalhos inseguros e mal pagos, não significa dizer que é o “fim do trabalho” ou até mesmo o “fim da história”. (GUIRALDELLI *apud* COUTINHO; ALVES; SANTOS, 2020)

## 5.2 INFORMALIDADE DO TRABALHO E A SUBPROLETARIZAÇÃO

O capital, tendenciosamente, busca reduzir o trabalho vivo (MARX, 1974). Este, desde sua gênese, estampa um sentido destrutivo em relação ao trabalho. E com as ressignificações ao longo do tempo no mundo do labor e também as atuais formas de valorização do valor, surgem novas formas de produzir mais-valia (absoluta ou relativa), do mesmo modo que descarta uma gama de trabalho. (ANTUNES, 2015)

Nesse sentido, ainda conforme o autor supracitado, a força de trabalho torna-se cada vez mais supérflua. O capital desemprega trabalhos estáveis e inclui mais trabalhos instáveis. O sistema capitalista busca incansavelmente, por meio da relação trabalho vivo e trabalho morto, o aumento da produtividade e a ampliação de extração de sobretrabalho em tempo cada vez mais inferior. Estes fatores estimulam ainda mais a criação de trabalhos parciais, precarizados, desempregos em massa ou na informalidade.

Destarte, Barreto, Souza e Fraga (2019), caracterizam trabalho informal como sendo uma forma de atividade voltada à subsistência em que as relações sociais envolvidas não obedecem à legislação, e que os trabalhadores estão à margem do sistema tributário, resultando na pauperização do indivíduo submetido a essas condições.

Nesse cenário, Lira (2002, p. 149) explica que:

[...] Se para o capital a informalidade adquire um papel estratégico para seu processo de acumulação, para os trabalhadores e a sociedade a informalidade representa a ampliação das desigualdades já existentes em nosso país, que põe a descoberto a inviabilidade desse modelo de desenvolvimento adotado, e que condena a maioria de nossos trabalhadores e suas famílias a uma condição cada vez mais próxima da pauperização.

Dessa forma, existe um forte interesse por parte dos grandes capitalistas no processo da informalidade, já que o trabalhador se encontra fragilizado ao perceber que não tem seus direitos assegurados pelo Estado; e que tampouco pode contar com estruturas organizadas – como cooperativas e/ou sindicatos –, o que cria um ambiente propício à exploração (STEHLLING, 2019).

A finalidade do detentor dos meios de produção é a acumulação. Sendo assim, o mercado informal se mostra como um instrumento do capital para ampliar o movimento do trabalho e a geração de valor, uma vez que essa relação econômica

entre capital e informalidade contribui exponencialmente para a circulação e o consumo de mercadorias. (ANTUNES, 2015)

Neste ensaio, foram elaboradas algumas características do trabalho informal, que está ligado diretamente à “questão social” e suas expressões, são elas: baixa renda, contraposição ao assalariamento, as más condições de trabalho e instabilidade. Estes fatores são as principais marcas do trabalho informal (SILVA, 1993).

Os trabalhadores que se enquadram na informalidade estão dentro de um nicho vulnerável da sociedade, já que, como regra, não obtêm pleno acesso aos direitos trabalhistas – como aposentadoria, auxílio doença, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), licença-maternidade e afins. Portanto, estas pessoas tornam-se mais propensas a acidentes laborais e ao adoecimento causado pelas novas configurações de trabalho (LOURENÇO, 2015).

Alves e Tavares (2006, p. 247), mencionam algumas modalidades de informalidade que remetem à imagem dos “trabalhadores informais tradicionais”, “inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar”. Neste âmbito encontram-se “os menos instáveis”, estes possuem uma ínfima qualificação profissional e algum conhecimento dos meios de trabalho, a citar: pedreiros, costureiras, empregados domésticos, camelôs, sapateiros, jardineiros e outros. Existem também, neste universo, os informais “mais instáveis”, comumente as pessoas que fazem parte deste grupo trabalham de maneira temporária/eventual e são remuneradas por produto ou serviço executado. Ao contrário dos “menos instáveis”, este nicho realiza suas atividades por meio da força física, pela execução de atividades com características de baixa qualificação, são eles: carroceiros, carregadores, trabalhadores de rua, entre outros.

De acordo com Alves e Tavares *apud* Antunes (2015), existe ainda a segunda modalidade, que se refere a dos “trabalhadores informais assalariados sem registro”. Essa modalidade remete aos trabalhadores sem carteira assinada, portanto, sem proteção trabalhista por parte da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Compõem esse grupo os trabalhadores de indústrias têxteis, de calçados, confecções, entre outros. Há também uma terceira modalidade, a dos “trabalhadores informais por conta própria”. Estes são os que detêm sua própria força de trabalho e de familiares, inclusive podendo subcontratar trabalhadores sob a forma assalariada.

Feitas estas considerações iniciais, faz-se necessário analisar e situar a informalidade do trabalho na atual conjuntura brasileira. Dito isto, destaca-se que as interações recentes do mercado de trabalho do Brasil têm evidenciado a informalidade como um traço principal e peculiar das transformações ocorridas nos últimos anos no país. Estas mudanças no âmbito do trabalho têm culminado com o desvelamento das desigualdades sociais e o aprofundamento da precarização das relações de trabalho; ainda nesse contexto, a expansão da informalidade – decorrente, principalmente, do alto índice de desemprego. (MIRANDA, 2021)

No Brasil, especificamente, data de 1990 as transformações na estrutura produtiva, que elevaram os índices do labor informal (FEIJO; SILVA; SOUZA, 2009). A partir de uma análise histórica do Brasil, Neri e Fontes (2010), afirmam que o Brasil não é um país com taxa ínfima de ocupação, mas sim um país com grandes taxas de ocupação informal:

O problema do trabalho no Brasil não se restringe ao desemprego ou a quantidade de trabalho disponível, mas principalmente à qualidade de postos de trabalho. Até o início dos anos 90, a retração do emprego formal devido a uma série de fatores como estagnação econômica e a reestruturação produtiva levou a um inchaço do setor informal que funcionou como colchão absorvendo trabalhadores expulsos do setor formal, sobretudo da indústria. (NERI; FONTES, 2010, p. 1)

Nota-se, portanto, que o processo de informalidade também pode fazer parte tanto da realidade conjuntural (econômica) do país quanto da sociabilidade e da vida individual/particular das pessoas. Sendo assim, pode-se afirmar que a organização do setor informal é heterogênea e complexa (MENEZES; DEDECCA, 2012). Nesta proposta, Feijó; Silva e Souza (2009) classificam a informalidade em três níveis, sendo: alta informalidade – atividades em situações precárias e sem a presença de legalidade; média complexidade – labor em situação intermediária e sem registro de legalidade; por fim, baixa informalidade – ocupações que concentram maiores remunerações e com presença de legalidade.

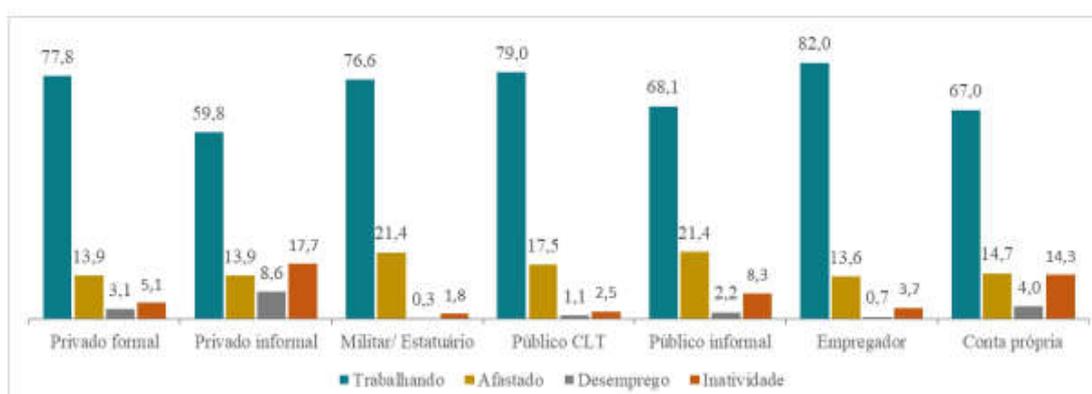
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio de pesquisas domiciliares, caracteriza o indivíduo informal como trabalhadores sem carteira assinada - empregados do setor privado e trabalhadores domésticos -, sem Cadastro Nacional de Pessoa Física (CNPJ) – como empregados e trabalhadores por conta própria -, e também sem remuneração. (CABRAL, 2020)

Em análise, Lima (2021), registra que no início dos anos 2000, mais precisamente entre 2003 e 2004, o número de ocupação de trabalhadores por conta

própria teve um crescimento anual positivo. No entanto, em 2004 – primeiro semestre – essa taxa significativa retrocede. Essa realidade mudará apenas no terceiro trimestre de 2017 - quando o mercado de trabalho já apresentava melhoras - e continuou a crescer positivamente também nos anos 2018 e início dos anos 2019.

No cenário atual – de crise econômica e sanitária decorrentes da pandemia do COVID-19 – ocorrem diversas mudanças no setor econômico e, portanto, no mundo do trabalho. Com a crise pandêmica instalada desde 2019, notou-se, com mais evidência, enorme discrepância entre os setores formais e informais. Assim, a figura 3 pretende demonstrar as bases de diferenças desses dois setores na pandemia.

**Figura 3:** Fluxos (em %) da condição de estar trabalhando para todas as condições no mercado de trabalho entre o primeiro e o segundo trimestres, por posição na ocupação. Brasil, 2020.



Fonte: Lima (2021, p. 27)

A figura 3 apresenta o dinamismo da classe trabalhadora no referido período. O gráfico aborda que

no fluxo para a ocupação, o percentual é maior entre os trabalhadores do setor público sem carteira assinada (informal) foram afetados nos mesmos níveis dos trabalhadores formais, que tiveram fluxos que variaram de 0,3% a 3,1%, enquanto os trabalhadores informais e os conta própria migraram para a desocupação em taxa de 8,6% e 4%, respectivamente. (LIMA, 2021, p. 27)

Segundo Carvalho *et al*, (2020), no mês de novembro de 2020 estes trabalhadores que migraram para a desocupação continuavam a dar sinais de recuo. Esse fato deu-se por dois motivos principais: a falta de garantias de direito que o

trabalho informal promove e a diminuição de nos valores de benefícios ofertados – neste caso, o Auxílio Emergencial<sup>12</sup>.

Sendo assim, cabe aqui mencionar que entre as categorias de trabalho existente no Brasil, as classificadas informais foram as mais atingidas, com baixo grau de proteção social e garantia de direitos. Isso em números significa que, no ano de 2021 – até a data desta pesquisa -, o IBGE apresentou que a taxa de informalidade no Brasil foi de 40,6% da população ocupada. (IBGE, 2021)

Por este fim, faz-se importante salientar que dentro desses números é criado um fetichismo sobre o universo do trabalho informal. Criou-se a ideia de que por meio desse labor os trabalhadores conquistarão independência. No entanto, esta relação apenas permite que os trabalhadores assumam riscos e os colocam em áreas de maior exposição e de situações de graves vulnerabilidades. Estes empregados caracterizam-se como sendo os mais dependentes de programas de transferência de renda. (CARVALHO; NOGUEIRA, 2020). Destaca-se ainda que a ideia de “romantização” da informalidade é transmitida/divulgada através da grande engenharia do capital, que visa “arquitetar e ampliar a intensificação, a exploração e, *last but not least*, a precarização estrutural do trabalho em escala global”. (ANTUNES, 2015, p. 261)

Destarte, é possível afirmar que, no cenário atual, os trabalhadores informais estão na órbita da subprecarização do trabalho, tendo em vista que suas atividades são degradantes, inseguras, individualizantes, desqualificam as instâncias representativas da classe trabalhadora, e, sobretudo, impulsionam o discurso dominante da sociedade e distanciam o processo revolucionário.

### 5.3 A CLASSE TRABALHADORA NA ÓRBITA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Com base nas reflexões realizadas até o presente, pode-se compreender que toda forma de precarização do trabalho incide sobre o homem, o qual é um ser (social) em constante tensão entre o ser genérico e sua singularidade. Além disso, a objetivação elementar do homem é incontestavelmente o trabalho, a partir do qual

---

<sup>12</sup> Programa de transferência de renda criado em 2020 por meio da Lei n. 13.982/2020, que se constituiu na concessão do valor de R\$ 600,00 durante um período de três meses “para trabalhadores informais, microempreendedores (MEI), autônomos e desempregados”. (FERNANDES; FERMENTÃO, *apud* LIMA, 2021)

cria os demais elementos existentes na sociedade. Assim, ao relacionar homem, trabalho precarizado e expressões da “questão social” pode-se considerar a seguinte indagação: como vive a classe que vive do trabalho em um país de uma crescente taxa de desemprego e de trabalho precarizado?

*A priori*, faz-se necessário entender quem é a classe que vive do trabalho. Este é um termo utilizado para se referir à classe trabalhadora como sinônimo. A expressão é utilizada para evidenciar a relação classe trabalhadora e trabalho no contexto contemporâneo. O termo faz alusão aos sujeitos que vendem sua força de trabalho (produtivo e/ou improdutivo); os assalariados do setor de serviços; os trabalhadores rurais; os sem direitos, trabalhador precarizado; inclui também os sujeitos que fazem parte do exército industrial de reserva, os trabalhadores desempregados. (ANTUNES, 2015)

Antunes (2013), na tentativa de compreender quem é a classe trabalhadora na atualidade, propõe que o operariado industrial, como assim ficou conhecido na era taylorista e fordista, tem diminuído com os anos. O autor dispõe que, atualmente, ocorrem novas configurações de trabalho excedente (mais-valia) como a informalidade, terceirização, empreendedorismos, entre outros.

Essas novas morfologias das atividades laborais fragmentam, ampliam e diversificam a classe que vive do trabalho. As novas estratégias de geração de mais-valor dos capitalistas intensificam ainda mais as relações de produção e reprodução social e cresce ainda mais a precarização estrutural do trabalho e também da vida. Em outras palavras, a funcionalidade do mercado capitalista “mercantiliza a própria existência humana”. (FERREIRA, 2021, p. 362)

Neste contexto, Fontes (2018, p. 41) comenta:

[...] a própria dinâmica social esmaga os trabalhadores e o conjunto da vida social. Não os esmaga apenas pela imposição de jornadas exaustivas e pelo disciplinamento que exerce. Também por reiterar permanentemente que os seres sociais podem ser dispensáveis, meras peças de um ‘sistema’ que lhes escapa e à qual são obrigados a dobrar-se. O sentido social da existência esvai-se, e instaura-se enorme sofrimento psíquico, que atinge empregados, desempregados, semiempregados. Todo o conjunto da vida social é impelido a assegurar a continuidade da reprodução expandida do capital, erigido em condição de existência de todos, acima de tudo e haja o que houver.

É certo que as transformações sociais no mundo do trabalho fazem parte, de maneira indissociável, das consequências do movimento de ciclos do sistema capitalista. Sendo assim, a classe trabalhadora e sua força de trabalho (inclusive –

ou até mesmo essencial - os desempregados) são instrumentos essenciais para a manutenção do sistema do capital. (FORTES, 2018)

Com a polissemia do trabalho, os trabalhadores também ganham novos tipos e nomenclaturas para o mercado burguês, sendo chamados de colaboradores, polivalentes e multifuncionais. As empresas empregadoras não buscam mais o “trabalhador especializado”, mas o “colaborador com multi-habilidades. Os resultados dessas mudanças são de intensificação dos ritmos, tempos, processo e nas formas de extração de trabalho. Ademais, outro resultante são as crises sindicais, partidárias e dos organismos de representações dos trabalhadores. (ANTUNES, 2006)

Nos dias atuais, marcados pela crise econômica e sanitária – decorrente da Covid-19 - os trabalhadores que estão inseridos nos espaços de trabalho precarizado e também fora do mercado de trabalho têm cada vez mais sua existência ameaçada. Nesse cenário os trabalhadores vivenciam as conseqüências da supracitada crise, em que os indivíduos deixam de ser “sujeitos de direitos”. (VICENTE; SANTOS, 2020)

Com a crise, houve um movimento de queda nas ofertas de trabalho decorrente das medidas de distanciamento social – utilizadas para conter a disseminação do vírus –, que restringiram o funcionamento da execução das atividades econômicas. (CARVALHO *et al*, 2020)

As condições de trabalho se metamorfoseiam intensivamente durante a grande crise pandêmica e tem como principal alvo as mulheres. Segundo a Fiocruz (2020), durante a pandemia as mulheres negras e as mulheres que residem nas zonas rurais carregaram consigo maiores responsabilidades no que tange aos cuidados com o outro. Nesse particular, as mulheres negras aparentam ter menos suporte na execução de tais tarefas.

Lima (2021), no que se refere ao recorte regional, percebe que os impactos da pandemia atingem de maneira divergente em cada região. Notou ainda que a região Nordeste foi a mais atingida e a região Sul a menos atingida.

No recorte de idade, a autora supracitada escreve que a população maior de 60 anos ou mais obteve uma queda na taxa de ocupação dos postos de trabalho. Porém, o grupo mais atingido foram os jovens entre 18 e 24 anos. Dito isso, Silva e Vaz (2020), indicam que a saída desses jovens do mercado de trabalho foi bastante

prejudicial, uma vez que esse desligamento do campo de trabalho afeta outras áreas, como a formação profissional, a construção de habilidades, entre outras.

Antunes (2020), contrariando a ideia de que a crise sanitária atingiu (atinge) democraticamente a todas as classes sociais, aponta que o subgrupo da classe trabalhadora mais atingida foram as mulheres brancas (em comparação aos homens da mesma cor), sendo ainda mais latente a desigualdade em mulheres negras (estas mais do que as mulheres brancas). De forma ainda mais cruel nas indígenas, refugiadas e imigrantes. O autor ainda continua:

A classe trabalhadora, então, se encontra sob intenso fogo cruzado. Entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade. Tal vilipêndio se acentua ininterruptamente pela autocracia de Bolsonaro e pela pragmática neoliberal primitiva e antissocial de Guedes (ANTUNES, 2020, p. 10-11).

Corroborando a ideia, Stropasolas e Giovanaz (2021) - citando a pesquisa Alimento para Justiça: Poder Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, realizada entre agosto/dezembro de 2020 – aduzem que 125,6 milhões de brasileiros sofreram com insegurança alimentar durante a crise sanitária (ainda corrente). Este número equivale a 59,3% da população do Brasil.

Os autores supramencionados afirmam ainda que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde início da crise sanitária em 2019, o preços dos alimentos subiram para 15% no país. Destacam que segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre 2018 e 2020, aproximadamente 25,5% da população brasileira deixou de comer e/ou reduziu a quantidade e qualidade dos alimentos devido à ausência de dinheiro.

A população que se encontra na extrema pobreza passa de 4,5% para 12,8% da população. O Brasil que há anos tinha saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) voltou a compor o quadro (VILELA, 2021). Esse número tende a aumentar com o fim do principal programa de transferência de renda do país- Programa Bolsa Família. (SAMPAIO, 2021)

Contraditoriamente, neste mesmo período (de pandemia), a riqueza dos dez maiores bilionários cresce ano após ano. Em quatro décadas “cerca de 1% mais rico ganhou mais do que o dobro da renda da metade mais pobre da população do planeta”. (OXFAM *apud* SEMZEZEM; CARTOXO; BAIM, 2021). Este fato evidencia, veementemente, que a luta da população brasileira é por sobrevivência, sendo ainda, sem dúvidas, uma luta classista. Como escreve Marx (2017, p. 720): “a

situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tende a piorar”.

Assim, nas discussões feitas até o presente, notou-se que as novas formas de trabalho colocam a classe trabalhadora sob a órbita da precarização do labor. No entanto, salienta-se que dentro da classe dos trabalhadores há subgrupos que se encontram em maior área de vulnerabilidade e risco social – de maneira geral, as mulheres negras e nordestinas, como citado ao longo do texto.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar, de maneira geral, a relação entre precarização do trabalho e “questão social” no Brasil, discorrendo acerca da polissemia do trabalho ao longo dos anos e sobre a evolução conceitual da “questão social”. Assim feito, considerando o exposto na pesquisa, observou-se que, apesar das metamorfoses no mundo do trabalho, sua essência permanece a mesma – o homem como ponto central nas atividades laborais. Portanto, o estudo permite compreender que o trabalho é o ser fundante do gênero humano. No entanto, evidenciou-se, ainda, que apesar disso o trabalho sob a égide do capital tem outra configuração, e esta nova performance gera expressões da contradição capital/trabalho, tais como desemprego, terceirização, informalidade, uberização e as demais apontadas ao longo do texto.

Outrossim, chega-se à compreensão de que a forma das expressões da “questão social” é inerente ao modo de produção capitalista, uma vez que surge em decorrência da primeira onda industrializante e tem suas expressões mais evidentes no processo de flexibilização produtiva do trabalho.

Buscou-se estudar, também, a compreensão da precarização do trabalho à luz da “questão social” no Brasil contemporâneo. Neste ponto pode-se afirmar que as diversas expressões da “questão social” presentes na atualidade - tais como: crise sanitária, desemprego, informalidade do trabalho, miséria, desigualdades social - não são algo, em sua totalidade, novo, mas uma polissemia que se liga às ressignificações do trabalho e da classe que vive do trabalho, com ação direta da lógica do sistema do capital e suas novas formas de supervalorização do capital. Em resumo, é o novo ligado ao arcaico.

Para compreender como se particularizam as expressões da “questão social” no contexto brasileiro, investigou-se acerca das suas especificidades, utilizando um recorte do desemprego e da informalidade no Brasil.

Na análise feita a respeito do desemprego, por meio de dados, verificou-se que houve no Brasil queda na taxa de pessoas ocupadas, ou seja, uma explosão do desemprego estrutural. Os índices ultrapassam 14 milhões de pessoas “desocupadas”, isso sem considerar os números ocultos, que inibem as taxas reais do desemprego.

Além disso, pode-se analisar o desemprego também após o início da pandemia do COVID-19, verificando-se que com a crise sanitária a taxa de desocupação aumentou demasiadamente, atingindo o âmago das desigualdades sociais. A crise referida desvelou um país com condições laborais e de subsistência precárias.

Esta intensificação do enorme quadro do exército industrial de reserva caracteriza um processo demasiadamente precarizado, permitindo que a classe dominante utilize-se disso para flexibilizar a legislação do trabalho e fetichizar novas formas de trabalho, como a ideia romântica do empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário etc., formas que marcam profundamente a autoexploração do trabalho.

Outra manifestação da “questão social”, no que se refere ao trabalho, é a informalidade, que, como apontado no estudo, ganhou espaço nos últimos anos. Como mostraram os dados na pesquisa, o IBGE apresentou que a taxa de informalidade no Brasil foi de 40,6% da população ocupada, ou seja, quase metade da população economicamente ativa. Observou-se que na crise sanitária vigente até então no país, os trabalhadores informais foram os mais atingidos, com baixo grau de proteção social e garantia de direitos.

Analisando o cenário atual – de crise econômica e sanitária decorrentes da pandemia do COVID-19 –, percebeu-se que as mudanças ocorridas no setor econômico do país permitiram que os trabalhadores que se encontravam desempregados migrassem para o “setor da informalidade”, agudizando ainda mais a precarização desse tipo de labor.

Notou-se que este tipo de trabalho é vantajoso para o sistema capitalista. Isso porque para o sistema de metabolismo social sob a égide do capital é essencial que exista menos trabalho estável e mais trabalho instável. Assim, pressupõe a compreensão de que no regime de trabalho brasileiro há uma freqüência na ruptura com os laços de contratação e regulação da força de trabalho. Portanto, um trabalho desprovido de direitos, um trabalho precarizado.

Essas novas formas de trabalho colocam a classe trabalhadora sob a órbita da precarização do labor. De acordo com a análise dos dados da pesquisa, nos dias atuais a classe trabalhadora vem sendo esmagada pela opressão e exploração do capital, uma vez que entre os anos de 2018 e 2020, aproximadamente 25,5% da população brasileira deixou de comer e/ou reduziu a quantidade e qualidade dos

alimentos devido à ausência de dinheiro. Além da volta do país para o quadro da extrema pobreza, onde o índice passa de 4,5% para 12,8% da população.

As análises feitas até aqui não buscam esgotar o tema. Pretende-se, porém, fomentar a análise e a reflexão sobre as possibilidades de pensar a construção de uma nova sociabilidade, autenticamente socialista, buscando resgatar o sentido genérico do homem, sua *práxis*. Afinal, é apenas por meio da apreensão das condições sócio-históricas acerca da “questão social” e sua relação intrínseca com o trabalho que se tem subsídios para pensar e formular estratégias para seu enfrentamento. Fala-se aqui, portanto, da desestruturação do sistema capitalista, de um novo modo de produção social e, principalmente, das capacidades emancipatórias do ser social.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **Crise Estrutural do Capital, Maquinofatura e Precarização do Trabalho-a questão social no século XXI** -Structural crisis of the capital, machinefactory, and the degradation of work—the social issue in th. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 235-248, 2013.

ALVES, Giovanni; PUZIOL, Jeinni. **As metamorfoses do mundo social do trabalho e a educação profissional**. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: histórica sociedade e educação no Brasil. v. 7, 2009.

ALVES, M. A; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” e precarização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (Org.) **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. Ed. 1. Bauru: Canal 6, 2020, p. 181-188. Disponível em: Acesso em: 20 de outubro de 2021.

ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, inforproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje. **Margem Esquerda—Ensaio Marxistas, São Paulo**, n. 7, p. 55-61, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo Cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

AZEREDO, B. Políticas públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.) **Reforma do Estado e Políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, I.E., 1998.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; SOUEN, J; CAMPOS, G. **Emprego e distribuição de renda**. Texto para discussão, n. 298, p. 1-41, 2017.

BARAN, P. A; SWEEZY, P. M. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BARRETO, Carolyne Zgievski. *et al.* **A precarização do trabalho enquanto uma expressão da questão social. III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Florianópolis, 13 e 14 de novembro de 2019.

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

CABRAL, Umberlândia. **Desemprego sobe para 13,3% no 2º trimestre, com redução recorde de ocupados**, Agência Notícias – IBGE, ago. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28480-desemprego-sobe-para-13-3-no-2-trimestre-com-reducao-recorde-de-ocupados> Acesso em: 20 de outubro de 2021

CARVALHO, S. S; CAVALCANTI, M. A. F. H; LAMEIRAS, M. A. P; RAMOS, L. Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período do covid19. **Carta de Conjuntura**, n. 49, novembro, 2020.

CARVALHO, S. S; NOGUEIRA, M. O. **O trabalho precário e a pandemia: os grupos de riscos na economia do trabalho**. Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n. 70, p. 49-68, setembro, 2020.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BÓGUS, L., YAZBEK, M. C., BELFIORE-WANDERLEY, M. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000

COUTINHO, Dalsiza Cláudia Macedo; ALVES, Giséli Ferreira; SANTOS, Rosemeire. Trabalho e desemprego no capitalismo: reflexões para o Serviço Social. **O social em Questão**, n. 47, p. 129-150, 2020.

CURADO, M.; CRUZ, M. J. V. **Investimento direto externo e industrialização no Brasil**. Rev. Economia Contemporânea, v.12, n.3, p.399-431, 2008.

DEDECCA, C. S. e BALTAR, P. E. de. **Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil durante a industrialização restringida**. Cadernos do CESIT– texto para discussão nº 12, Campinas: I.E, mimeo, 1992.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **Reorganização Econômica, Absorção de Mão de Obra e Qualificação**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 22, p. 253-272, 2020.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./ dez. 2003.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

ESCURRA, María Fernanda. **O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital**. Verinotio–Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, n. 22, p. 17-17, 2016.

FAN, Yi; SHAO, Kai; Shi, Sheng-Li; SHOU, Peg. Bat Coronaviruses in China. Viruses: Multidisciplinary Digital Publishing Institute (MDPI), v. 11, n. 3, mar. 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1999-4915/11/3/210> . Acesso em: 01 de outubro de 2021.

FEIJO, C. A; SILVA, D. B. N; SOUZA, A. C. **Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na ECINF**. R. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 329-354, maio/ago. 2009.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5° ed., Rio de Janeiro: Globo, 2006.

FERREIRA, C. M. **O trabalho via aplicativos: exponenciação do valor na era flexível-digital**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 2021, n. 41, p. 553-366 jan./jun. 2021.

FIOCRUZ. **Metade das mulheres passaram a cuidar de alguém durante a pandemia, revela pesquisa**. Portal Eletrônico da FIOCRUZ [05/08/2020]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/metade-das-mulheres-passou-cuidar-de-alguem-na-pandemia-revela-pesquisa>. Acesso em: 06 de novembro de 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTES, Virginia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Sobre o conceito de Exército Industrial de Reserva: aspectos históricos e atualidade. **Temporalis**. Brasília, n. 36, p. 256-273, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRANANI, Juliana. **Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil no mundo**. BBC News Brasil, Londres, 12 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421> . Acesso em: 01 de outubro de 2021.

GRANEMANN, S.; MIRANDA, F. **Crise econômica, crise sanitária: a COVID-19 como instrumento da acumulação?** *In*: SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. (org.) **Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2020. Disponível em: [https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/crise\\_e\\_pandemia.pdf](https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/crise_e_pandemia.pdf) . Acesso em: 20 de outubro de 2021.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **A questão Social no Capitalismo**. *Temporalis*, Brasília, n.3, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 27.ed. São Paulo: Cortez, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no Capitalismo**. *In*: Revista **Temporalis** n° 03. Brasília: ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

**Ifood chega a 39 milhões de pedidos por mês durante pandemia**. Terra, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/inovacao/ifood-chega-a-39-milhoes-de-pedidos-por-mes-durante->

[pandemia\\_0a8c06d3ac63f6d8a9adb7d062c73b02lrwonpma.html](https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php) . Acesso em: 01 de outubro de 2021.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 18 de outubro de 2021.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31486-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-quatro-das-27-ufs-no-2-trimestre-de-2021> . Acesso em: 20 de outubro de 2021.

JUNIOR, A. A. S; NASCIMENTO, C. M. **Desemprego crônico e superpopulação relativa: apontamentos a partir da crítica da economia política.** Textos e Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 20 – 32, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br> . Acesso em: 20 de outubro de 2021.

LIMA, Janaina Maria Martins. **Impactos da pandemia de Covid-19 nos trabalhadores informais do Brasil: Um estudo sobre ocupação e rendimento.** Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2021.

LIRA, Isabel Cristina Dias. Informalidade: reflexões sobre o tema. *In.:* **Revista Serviço Social e Sociedade**, n 69. São Paulo: Cortez, 2002.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Terceirização: a destruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. *In.:* **Revista Serviço Social e Sociedade**, n 123. São Paulo: Cortez, 2015.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, v. 4, pp. 1-18, 1978.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social** – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

Martinelli, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

Marx, K. **O capital, crítica da economia política:** Vol. 1. Livro 1. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989a .

MARX, Karl. **A miséria da filosofia.** Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Vol. I. Livro primeiro: O processo de produção do capital**. Editado por Friedrich Engels. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana**. In F. Fernandes (Ed.), Marx/Engels: Vol. 36. Grandes Cientistas Sociais. História (pp. 146-181). São Paulo, SP: Ática, 1989a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. De Jacob Gorender. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MATTOSO, J. E. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MENEZES, W. F; DEDECCA, C. S. **A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: rendimento e principais características**. Ver. Nexos Economicos. Salvador, v. 6, n. 2, p. 13-29, dez. 2012.

MESZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, G. K. DE. Informalidade e crise social no Brasil: um olhar sobre o trabalho digital precarizado. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 9, n. 2, p. 40-68, 5 fev. 2021.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 270-287, 2012.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. spe, p. 14-20, 2007.

NERI, Marcelo; FONTES, Adriana. **Informalidade e trabalho n Brasil: causas, conseqüências e caminhos de políticas públicas**. FGV Social: Rio de Janeiro, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social**. In: Revista Temporalis, ano 2, n°3, Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2012.

NEVES, Otávio Junio Faria et al. Desemprego no Brasil: primeiro trimestre de 2018 e primeiro trimestre de 2019. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, v. 6, n. 1, p. 76-99, 2020.

NIKITIN, P. **Economia política**. Moscou: Linguas Extranjeiras, s.d.

OHNO, Taiichi. **O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala**. Porto Alegre: Bookman, 1997.

OLIVEIRA, M. C. S; SANTOS, T. C. S; ROCHA, W. S. Os entregadores das plataformas digitais: controvérsias judiciais, autonomia, dependência e controle. **Revista Direito**, Brasília (DF): UnB, v. 4, n. 2, p. 63-84, 2020.

**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**. OIT: Mais de um em cada seis jovens está sem trabalho devido à COVID-19. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_746072/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_746072/lang-pt/index.htm) . Acesso em: 18 de outubro de 2021.

OXFAM. Comunicado de Imprensa Oxfam Brasil. **O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto**, jul. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/virus-da-fome/>. Acesso em: 18 de outubro de 2021.

PINTO, M. B; CERQUEIRA, A. S. **Reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e o capitalismo**. Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n° 1, p. 38-52, jan./jul.2020.

POCHMANN, M. **Raízes da grave crise do emprego no Brasil**. In: GOMES, A. (Org.). **O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

POCHMANN, M. **Rumos da política do trabalho no Brasil**. In: SILVA, M.O.S. e YAZBEK, M. C. **Políticas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz: FAPEMA, 2006.

POCHMANN, Marcio. Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 7, n. 13, p. 12-28, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

PRONI, W. M. e BALTAR, P. E. de A. **Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial** In: MATTOSO, J.E. e OLIVEIRA, C.E.B. de (orgs.) **Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

REDON, Silvio Aparecido; DE CAMPOS, Eliane Christine Santos. Pandemia, crise do capital e o aprofundamento da pobreza da classe trabalhadora. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 256-269, 2021.

SAMPAIO, Cristiane. “Situação é de altíssimo risco”, define ex-ministra Tereza Campello sobre fim do Bolsa Família”. Brasil de Fato. Fortaleza: novembro, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/02/situacao-e-de-altissimo-risco-define-ex-ministra-tereza-campello-sobre-fim-do-bolsa-familia> . Acesso em: 06 de novembro de 2021.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultura, 2000.

SANTOS, A. M. **Questão social, trabalho e desemprego**. Grupo Ecosol CES, 2006. Disponível em: [https://www.ces.uc.pt/nucleos/ncps/ecosol/investigadores/aline\\_santos/publicacoes/2006\\_artigo\\_qs\\_e%20desemprego\\_aline.pdf](https://www.ces.uc.pt/nucleos/ncps/ecosol/investigadores/aline_santos/publicacoes/2006_artigo_qs_e%20desemprego_aline.pdf). Acesso em: 20 de outubro de 2021.

SANTOS, da Silva, CARVALHO, de Milena, Liana Amaro Augusto. **Trabalho, “questão social” e pauperismo**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019, 2019.

SANTOS, J. S. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2005.

SANTOS, Vinícius C. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos**. Colóquio Internacional Marx e Engels, v. 6, 2009.

SEMZEZEM, Priscila; CARTAXO, Ana Maria Baima. Crise do capital, contrarreforma da previdência social e pandemia. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 237-255, 2021.

SILVA, E. R. A. S; VAZ, F. M. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n. 70, p. 105-121, setembro de 2020.

SILVA, Letícia Batista et al. Crises econômica e sanitária: notas de continuidade. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 34-52, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34822> . Acesso em: 20 de outubro de 2021.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de et al. **Relação trabalho-educação e questão social no Brasil: uma leitura do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria-CNI (1930-2000)**. 2012.

SOUZA, F; MACHADO, L. **Os entregadores de aplicativos trabalham mais e ganham menos na pandemia, diz pesquisa**. BBC News Brasil, São Paulo, 7 de maio

de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246>. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

STEHLING, Matheus Alves. **A precarização e a informalidade no mercado de trabalho brasileiro**. f. 39. Ciências Econômicas, Universidade Federal de Ouro Preto Departamento de Ciências aplicadas Departamento de Ciências Econômicas, 2019.

STROPASOLAS, P; GIOVANAZ, D. **Brasil com fome: pandemia e desmonte do Estado agravam drama dos trabalhadores**. Brasil de Fato. São Paulo, agosto, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/11/brasil-com-fome-pandemia-e-desmonte-do-estado-agravam-drama-dos-trabalhadores> . Acesso em: 06 de novembro de 2021.

TAVARES, M. da C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3º Edição. Campinas, SP: UNICAMP, I.E., 1998.

VICENTE, André Luíz Coutinho; DOS SANTOS, Thainara da Silva Monteiro. Coronavírus: como esta a classe trabalhadora na pandemia?. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 4, n. 10, p. 150-158, 2020.

VILELA, P. R. **Em vídeo, homem desesperado no DF implora por comida: "É fome, por favor, é fome!"** Brasil de Fato. São Paulo: novembro, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/04/em-video-homem-desesperado-no-df-implora-por-comida-e-fome-por-favor-e-fome> . Acesso em: 06 de novembro de 2021.